

SÍNTESE FINAL

2 JUNHO
2021
14H15 - 17H30

**SUSTENTABILIDADE DA
AGRICULTURA E DOS
TERRITÓRIOS RURAIS
EM PORTUGAL**

CONTRIBUTOS PARA A REFORMA DA PAC

Este documento pretende apresentar as reflexões do Webinar “Sustentabilidade da Agricultura e dos Territórios Rurais em Portugal. Contributos para a Reforma da PEPAC”, realizado no dia 02 de junho de 2021.

ÍNDICE

<i>Apresentação e Discussão do Manifesto em defesa da Sustentabilidade da Agricultura Portuguesa - Miguel Viegas (Universidade de Aveiro)</i>	1
<i>Comentários - Francisco Cordovil (ISCTE – IUL)</i>	3
<i>Grupos de Trabalho</i>	7
Tema 1: OS CIRCUITOS CURTOS AGROALIMENTARES	7
Tema 2: A IMPORTÂNCIA DE ESTRATÉGIAS DE BASE TERRITORIAL E DA AGRICULTURAFAMILIAR NA VALORIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS.....	9
Tema 3: O PAPEL DAS BIORREGIÕES NA SUSTENTABILIDADE DOS TERRITÓRIOS	12
Tema 4: O REJUVENESCIMENTO DOS AGRICULORES E AGRICULTORAS: DAS NECESSIDADES ÀS POSSIBILIDADES.....	13
Tema 5: PAPEL DOS RECURSOS SILVESTRES E ENDÓGENOS NA VALORIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE	15
<i>Considerações Finais - Sara Moreno Pires (Universidade de Aveiro)</i>	17
<i>ANEXOS</i>	19

Apresentação e Discussão do Manifesto em defesa da Sustentabilidade da Agricultura Portuguesa- Miguel Viegas (Universidade de Aveiro)¹

Hoje é o momento de debater a agricultura que queremos para Portugal e para a Europa. Assim o exigem as alterações climáticas cujas consequências estão à vista de todos. A agricultura tem a singularidade de ser ao mesmo tempo parte do problema e da solução. Com um modelo adequado de produção agrícola, é possível garantir alimentos de qualidade para a população, diminuir a pegada ecológica dos alimentos e promover simultaneamente um desenvolvimento equilibrado dos territórios.

Acresce estarmos num período de transição entre dois Quadros Financeiros Plurianais (QFP) da União Europeia (UE). Esta transição obriga à revisão dos regulamentos da Política Agrícola Comum (PAC) ao nível do Conselho e do Parlamento Europeu. Aprovados os regulamentos, será a vez de Portugal negociar com a Comissão Europeia o seu Plano Estratégico através do qual serão aplicados os cerca de 10 mil milhões de euros atribuídos a Portugal pelos dois principais fundos da PAC (FEADER e FEAGA). No momento em que são escritas estas palavras, ainda não houve consenso entre os Estados-Membros da UE para aprovar os regulamentos da PAC. Várias matérias continuam a dividir os países. No Conselho, onde estão representados os governos, pretende-se reduzir para 20% o limite mínimo do envelope financeiro aplicados em medidas de redução das emissões de CO₂. A proposta da Comissão Europeia era de 30%. Por outro lado, os países não querem metas vinculativas em matéria ambiental, contrariando a vontade do Parlamento Europeu que pretende condicionar as ajudas a resultados palpáveis, designadamente em matéria de redução de emissões, uso de pesticidas ou de antibióticos. Os Estados-Membros querem maior liberdade para os chamados esquemas ecológicos, em contraponto com o Parlamento Europeu que quer evitar uma fragmentação da UE onde fatalmente os agricultores acabam por confrontar-se no mercado único. No último exemplo que nos remete para a tragédia de Odemira, vários Estados-Membros não se querem, pasme-se, submeter a qualquer condicionalidade em matéria de direitos sociais.

A dificuldade crescente em encontrar consensos entre os 27 Estados-Membros não é de agora. O novo QFP 2021-2027 foi aprovado apenas em dezembro de 2020. Este atraso acabou por ter um efeito de dominó sobre todos os regulamentos associados, com particular destaque para as políticas agrícola e de coesão. Já está definido que as regras do quadro anterior irão manter-se por mais dois anos. A nova PAC entrará em vigor apenas em 2023. Temos uma janela temporal de quase dois anos, onde se espera que possa haver uma abertura para discutir com a sociedade o chamado Plano Estratégico. O governo tem aqui uma oportunidade para romper com práticas do passado, encetando um debate participativo sobre o modelo agrícola que queremos para Portugal. Face aos enormes desafios do presente e do futuro, exige-se que este debate permita uma verdadeira

¹ Médico Veterinário e professor de Economia na Universidade de Aveiro. Trabalhou no setor agropecuário durante 19 anos. Doutorou-se em Economia em 2010. Desde então é professor e investigador no Departamento de Economia da Universidade de Aveiro. Entre 2014 e 2019, foi deputado no Parlamento Europeu, integrando a comissão de agricultura e desenvolvimento rural. Publicou recentemente um livro intitulado “A política agrícola comum pós 2020, os desafios para Portugal” (Vida Económica).

contribuição da sociedade, por forma a alinhar a nossa agricultura com a transição climática que está por fazer.

Foi neste cenário que surgiu a ideia do “manifesto em defesa da sustentabilidade da agricultura portuguesa”, subscrito por mais de uma centena de académicos de norte a sul do país, incluindo regiões autónomas. Existe na academia um enorme património de conhecimento científico que urge colocar ao serviço de uma agricultura mais sustentável e que seja um fator de desenvolvimento para os territórios. Para isso, deve existir da parte do governo vontade e capacidade para ouvir e integrar estes contributos para a política agrícola e, em particular, para o futuro Plano Estratégico que já está em discussão pública.

Neste importante *Webinar*, vários temas irão ser debatidos. Os intervenientes irão partilhar as suas experiências no terreno. São contributos inestimáveis que deveriam ser tidos em conta na definição de políticas futuras. Deixo aqui apenas algumas pistas procurando ligar os temas às diversas linhas e objetivos da PAC. Não se espera uma grande revolução ao nível da PAC em comparação com o quadro anterior. Contudo, ainda que se mantenham regras similares, existe uma ampla margem que nos permite melhorar práticas e incentivos por forma a termos uma agricultura mais sustentável nas suas diversas vertentes ambiental, social e económica. Espero que este debate seja profícuo e transpire para a sociedade, por forma a termos um país mais equilibrado e com mais saúde.

1. O Manifesto *Em defesa da Sustentabilidade da Agricultura Portuguesa*, subscrito por mais de uma centena de académicos de instituições de ensino superior de norte a sul do país, e este **Webinar da Animar**, com muitas dezenas de participantes, contribuem para um debate alargado e ações convergentes em prol da sustentabilidade ambiental e do desenvolvimento das agriculturas, comunidades e territórios rurais, num momento oportuno, dada a fase decisiva que se aproxima de aprovação do **Plano Estratégico da PAC para 2023-2027 (PEPAC)**.
2. Se bem entendi os objetivos deste encontro, trata-se de partir do **Manifesto** e das **experiências e projetos** em curso, para uma reflexão e propostas sobre medidas de política pública de âmbito territorial, visando em particular a sua integração no PEPAC. Dado este enquadramento, o papel da Animar e a ligação de muitos dos participantes ao **Desenvolvimento Local de Base Comunitária**, a minha intervenção centrar-se-á neste tema.
3. Primeiro referir-me-ei aos traços comuns e à diversidade dos contextos onde se desenvolve o **Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC)**. Depois abordarei outros dois tópicos: a integração do DLBC no **Plano Estratégico da PAC (PEPAC)**; as **Ações Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP)**.

O DLBC no contexto agrorrrural...

4. O **DLBC**, como o nome indica, terá de ser **Local** e de **base comunitária**. Quando associado ao desenvolvimento **agrorrrural**, há de referir-se a contextos e atividades relacionados com as agriculturas e os territórios rurais, nas dimensões sociais, económicas, geográficas e biofísicas e, portanto, também com as pessoas e comunidades residentes que lhes dão vida e gerem os seus recursos.
5. O **local** implica *proximidade social e proximidade espacial* entre pessoas e grupos de pessoas. O termo **comunitário** invoca *interação social* de índole *cooperativa*, desde as modalidades mais fracas até às *solidárias*. O **agrorrrural** significa que se lida com *povoamentos rurais* e/ou com usufruto e/ou gestão de *solos rústicos* e de *paisagens* associadas a atividades produtivas *agroflorestais*. *Agroflorestal* que abarca neste contexto os usos *agrícolas e silvestres*, seja com alguma autonomia funcional das componentes de *agricultura, floresta, matos*, seja noutros onde estas convivem *em simbiose*.

² Inclui-se em anexo alguns excertos de dois trabalhos, ambos de 2014, em coautoria com Joaquim Cabral Rolo e publicados, *sobre a diversidade das agriculturas e territórios em Portugal continental*: o primeiro deles, publicado pela Animar, com o título *Rural, Agriculturas e Políticas*; o segundo, com o título *Agricultura Familiar em Portugal. Esboço da sua Importância e Diversidade no Limiar da Década de 2010*, publicado na Revista da Rede Rural Nacional, n.º 5.

³ Licenciado em Economia (1975); Doutoramento em Economia (1992). Bolseiro do Centro de Estudos de Economia Agrária do IGC (1973-79). Docente universitário do ISCTE (desde 1979). Adjunto do Secretário de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (1996-98). Diretor do Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP) do Ministério da Agricultura em 1998-2000 e 2010-2011. DG do Desenvolvimento Regional (2000-2003). Adjunto do Secretário de Estado do Ordenamento do Território (2005-2009). Investigador do Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I.P. (INIAV) (2012-2017). Aposentado desde 2017. Membro do Painel de Peritos do Conselho Acompanhamento da Ref. da PAC (2017-Fev. 2021).

Finalmente, o uso legítimo da palavra **desenvolvimento** em conexão com as outras três, será reservado para as *atividades conduzidas como método, organização e transparência no local* e incidência no **agrorrural**, envolvendo e valorizando as **comunidades**, mas visando naturalmente objetivos e resultados que se projetam em âmbitos mais amplos, incluindo os contributos ligados aos desafios globais que a humanidade enfrenta.

6. Apesar destes traços comuns, a enorme diversidade dos contextos de ação do **DLBC** em Portugal convoca uma grande versatilidade das estratégias de intervenção local. Atente-se às múltiplas dimensões em que a diversidade se manifesta: estruturas de povoamento, dinâmica demográfica, atividades económicas, sociabilidades locais, relação entre os povoados e as paisagens envolventes, estruturas agrárias, etc.
7. Invocando os arquétipos propostos na *Alegoria – Portugal e as quatro agriculturas* (Público online de 22 de outubro) e cruzando-os com a variedade do povoamento, estruturas agrárias e paisagens, lembram-se alguns exemplos reveladores dessa enorme diversidade de contextos locais de ação.
8. Começamos pelas duas agriculturas associadas a explorações agrícolas de grande dimensão – *a agricultura agronegócio e a grande agricultura de base fundiária* – ambas enraizadas sobretudo a sul do Tejo, em territórios de baixa densidade e onde predominam estruturas de povoamento concentrado (cidades, vilas e grandes aldeias distanciadas entre si) e uma marcada distância social entre os grandes proprietários e a generalidade da população rural. Apesar dessa afinidade das grandes agriculturas, há também sensíveis contrastes entre os contextos locais e as respetivas paisagens. Comparem-se a propósito: por um lado, os *territórios beneficiados pelo empreendimento do Alqueva*, um *eldorado* oferecido à fulgurante apropriação pelo capital nómada, financeiramente alavancado, inserido em cadeias de valor internacionais e focado na obtenção rápida de lucros; e, por outro, *as vastas paisagens das charnecas do Ribatejo e Alentejo*, revestidas por montados e pinhais, entrecortados pelos vales irrigados das bacias do Tejo e do Sado, onde os grandes domínios fundiários alcançam a sua maior extensão e estabilidade.
9. Olhemos em seguida para o *‘Pinhal Interior’*, no coração do *maciço central*, *terras de minifúndio*, *muito acidentadas*, cobertas por um *‘mar’ florestal*, feito de uma combinação de eucaliptais, pinhais e matos, e *ponteados de pequenos aglomerados populacionais*, que são *‘ilhas’ dispersas nessa vastidão*. As tempestades que agitam recorrentemente este *‘mar’*, por vezes com inaudita extensão e violência, são os *incêndios rurais*. As sucessivas mudanças demográficas, socioeconómicas e políticas que ao longo do século passado construíram este *‘mundo’* são demasiado complexas para se narrarem aqui. Mas algo já se aprendeu: *a recuperação social e ambiental deste vasto espaço interior exige uma regeneração em larga escala das paisagens*, que quebre a continuidade do combustível florestal, incluindo a abertura de corredores silvo-pastoris e agroecológicos de interposição. E também se aprendeu, ao ouvir as insistentes e sábias vozes, como a de Xavier Viegas, que isto só será realizável com um pilar que tem faltado – o da *participação ativa das pessoas* que vivem nestes territórios. Eis, pois, um dos desafios incontornáveis para o *Desenvolvimento Local de Base Comunitária*.
10. Caminhando para sudoeste, no sentido da *Alta Estremadura Interior*, vamos encontrar outras zonas que partilham várias das características do *‘Pinhal Interior’*, mas se distinguem noutras.

Veja-se o caso da *Serra de Aire e Candeeiros*. Também terras de montanha, com estruturas de propriedade minifundiárias e paisagens predominantemente moldadas por ocupações e usos silvestres. Mas aqui a dimensão dos matos e das formações arbóreas associadas (p.e. de carvalhos) supera largamente a dos povoamentos florestais mais inflamáveis, também presentes, mas sem proeminência e contiguidade. São terras ainda vulneráveis aos incêndios rurais, mas a perigosidade das suas paisagens é inferior às do Pinhal Interior, dada a menor acumulação de combustível lenhoso e, também, devido à presença de manchas dispersas com ocupação agrícola (culturas e pastagens), fundamentalmente asseguradas pela *agricultura familiar de proximidade*, que quebram a continuidade dos espaços florestais, dificultando a progressão do fogo.

11. Ao entrarmos nas *terras a Oeste da Serra de Aire e Candeeiros*, deparamos com uma paisagem vincadamente agrícola (culturas temporárias e permanentes), com estruturas agrárias maioritariamente moldadas pela *pequena e média agricultura familiar inserida nos mercados* e com estruturas de povoamento diversificadas, mas onde predomina o aglomerado disperso, frequentemente com orientação linear, isto é, bordejando vias de comunicação.

Nesta parte do Oeste, que abarca os concelhos da parte sul do distrito de Leiria, e ainda alguns do flanco norte do distrito de Lisboa, pese embora a sua unidade, distinguem-se dois tipos de ocupação de solos e de especializações produtivas agrícolas principais: no litoral (Peniche, parte da Lourinhã, e noutras terras mais planas de outros concelhos) há um domínio muito vincado da horticultura intensiva, a céu aberto ou abrigada (estufas), que ganha ainda maior peso quando se ponderam as variáveis socioeconómicas (produção, consumos intermédios, rendimento e volume de trabalho); nos restantes concelhos, em particular nas terras mais onduladas das colinas do Oeste, ganham larga vantagem as culturas permanentes, sobretudo as frutícolas, com proeminência da pera rocha que tem aqui o seu 'solar' (Bombarral, Cadaval, etc.). Neste contexto, a ligação entre agriculturas, agricultores e povoados é estreita, e há significativa presença de organizações de produtores de índole cooperativa, com particular importância na organização na comercialização, seja para mercado interno, seja para exportação, a qual em vários segmentos é o destino preponderante.

Neste enquadramento, o **Desenvolvimento Local de Base Comunitária** continua a ser pertinente, mas aqui o *agrorrural* é mais agrícola, o protagonismo das organizações de agricultores é maior e o tipo de ações a promover serão diferentes das adequadas aos contextos antes referidos. O tipo de situação do Oeste tem forte afinidade com outras presentes em várias zonas do continente, que vão desde o Algarve litoral, ao Alentejo entre o Caia e Gadiana, à Cova da Beira, a alguns núcleos no planalto de Viseu e, por fim, com especial expressão no Douro e nas zonas mais férteis da Terra Quente de Trás-os-Montes.

12. A concluir esta digressão pela diversidade das agriculturas e contextos locais de ação das *DLBC mais agrorurais*, justifica-se uma referência às particularidades do Minho e Beira Litoral, onde modalidades de agropecuária intensiva (bacias leiteiras) convivem com áreas de alta densidade populacional, à beira da Área Metropolitana do Porto, onde as cidades se prolongam num *povoamento disperso, de urbanização difusa*, imbricado nos solos rústicos. Deparamo-nos aqui com as tensões resultantes quer da reconversão destas bacias leiteiras, que deixou para trás

dezenas de milhares de produtores, quer dos impactos ambientais de uma produção agora muito mais concentrada, menos entrosada com os ecossistemas locais e mais dependente de consumos intermédios importados.

O DLBC no PEPAC...

13. O *DLBC* (vd. pontos 4-5) privilegiará a animação, a cooperação e a inovação social e técnica, com raízes ao nível de *freguesia* e de *aldeia* e outros locais de *proximidade e convivência social*. Mas visará naturalmente objetivos e resultados, projetados em âmbitos mais amplos e implicando necessariamente uma integração em sistemas de governação multiescala (municipal; supramunicipal; regional; nacional) e em redes de cooperação/coordenação horizontais.
14. A intervenção a nível local exige presença estável de recursos humanos no terreno, técnica e socialmente dotados e que inspirem confiança. Mas esta presença e intervenção deve ser bem municada por uma retaguarda solidária, incluindo a mobilização dos recursos de aconselhamento técnico das cooperativas e associações de produtores e de toda a rede de inovação.
15. Assim, a conjugação do *conhecimento e inovação* com a *equidade, profundidade e integração da ação territorial*, local e também noutras escalas, pressupõe, em primeiro lugar, a coerência e coordenação dos três objetivos específicos do Objetivo Geral 3 do PEPAC (*Reforçar o Tecido Socioeconómico das Zonas Rurais*) e a articulação entre este e o OG Transversal (*Promoção e Partilha de Conhecimento e Inovação na Agricultura e nas Zonas Rurais*); e pressupõe, em segundo lugar, uma programação e gestão das medidas dos outros eixos ajustada à grande diversidade dos territórios.

DLBC e Ações Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP)

16. A figura jurídica das *Ações Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP)* foi estabelecida ao abrigo do *Regime Jurídico de Reconversão da Paisagem* (Decreto-Lei n.º 28-A/2020, de 26 de julho). A sua regulamentação foi completada pela Portaria n.º 301/2020, de 24 de dezembro, que delimita os *territórios vulneráveis* alvo das AIGP, enquanto as condições de suporte operacional e financeiro a estas ações foram vertidas na Resolução do Conselho de Ministros n.º 21/2021, de 22 de março, que aprovou “medidas para os territórios mais vulneráveis, visando promover a atividade agrícola e o dinamismo dos territórios rurais”, na sequência das decisões do Conselho de Ministros de 4 de março.
17. As prioridades, metodologia e escala de intervenção das AIGP coaduna-se inteiramente com as do *DLBC* em contexto *agrorrural* e com os métodos próprios das Associações de Desenvolvimento Local Rurais, suas protagonistas. Estas e as Redes que as ligam, como a Animar ou a Federação Minha Terra, não faltarão por certo à chamada e espera-se que sejam incentivadas a fazê-lo pelas instituições e programas de responsabilidade pública, designadamente no âmbito agrícola e rural.

Grupos de Trabalho

Tema 1: OS CIRCUITOS CURTOS AGROALIMENTARES

Moderadores: Vítor Andrade (ANIMAR) e Artur Cristóvão (UTAD)

Relatoras: Maria José Ilhéu (DGADR)

Os circuitos curtos agroalimentares (CCA), em franco crescimento na União Europeia (UE), surgem em resposta a uma procura crescente dos consumidores por produtos locais de qualidade e tradicionais autênticos, geradores de uma relação social entre consumidor e produtor que permite conhecer a origem dos produtos e a forma como são produzidos.

O confinamento social, o fecho da economia e o encerramento dos canais de distribuição habituais, devido à COVID-19, tornou-nos conscientes do valor estratégico da autossuficiência alimentar e da importância dos mercados locais para assegurar o escoamento dos produtos e satisfazer a procura.

Os participantes no Grupo de Trabalho identificaram os bloqueios que se colocam ao desenvolvimento dos CCA e debateram as medidas a implementar para os ultrapassar, tendo por base os resultados de quatro projetos financiados pela medida da Rede Rural Nacional (RRN) do PDR2020: 1 - “AproximaR - Produzir e Consumir Localmente”; 2 - “Produzir no campo, vender na cidade”; 3 - “Relocaliza”; 4 -AlimentaÇÃO! Circuitos Curtos Agroalimentares para o Direito Humano a uma Alimentação Adequada”.

Propostas de medidas de política para o desenvolvimento dos CCA:

1. **Incluir no PEPAC uma medida de apoio à implementação de Sistemas Alimentares Territoriais**, articulando de forma flexível os incentivos dirigidos à produção/transformação/concentração da oferta/distribuição/comercialização em CCA/restauração comercial e coletiva/promoção do consumo de produtos locais.
2. **Fomentar a cooperação entre os vários segmentos que compõem a cadeia de valor do sistema alimentar local**: desenhar medidas de apoio a projetos de cooperação intersectorial.
3. **Estimular a inovação** ao nível do produto, da logística, da comercialização, da relação com o consumidor: criação de estruturas e serviços de apoio à experimentação e difusão da inovação.
4. **Melhorar o escoamento e a acessibilidade dos consumidores aos produtos locais**: criação/requalificação de espaços de venda direta e novas formas de escoamento dos produtos locais - mercados e feiras locais, vendas online, máquinas de venda automática, etc.
5. **Aumentar o consumo de produtos locais na restauração coletiva**: fixação de quotas mínimas reservadas aos produtos locais no abastecimento da restauração coletiva.

6. **Aumentar, diversificar e qualificar a oferta de produtos locais:** apoiar a produção local, a instalação de novos agricultores, a conversão para sistemas de produção sustentáveis, a implementação de sistemas de certificação da qualidade e rastreabilidade da produção local.
7. **Organizar a produção e os produtores:** incentivar a criação de infraestruturas de concentração da produção e a organização dos produtores, nomeadamente através de Organização de Produtores (OP) multiproduto.
8. **Capacitar os produtores locais:** criação de sistemas de formação e de apoio técnico regular aos produtores, adaptados às suas necessidades de reorganização da produção e comercialização dos produtos em CCA.
9. **Incentivar o consumo de produtos locais:** disponibilizar informação sistematizada, desenhar estratégias de marketing, campanhas promocionais e programas de sensibilização e educação alimentar.
10. **Adequar o quadro legal e processual à produção comercializada em circuitos curtos** ao nível do licenciamento das atividades e das regras da contratação pública para a aquisição de produtos locais pelas instituições públicas para abastecimento da restauração coletiva.

Tema 2: A IMPORTÂNCIA DE ESTRATÉGIAS DE BASE TERRITORIAL E DA AGRICULTURAFAMILIAR NA VALORIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS

Moderador/a: Luís Chaves (FMT) e Aida Valadas de Lima (ISCTE – IU Lisboa)

Relator: Luís Moreno (IGOT/ANIMAR)

O tema 2 contou com a apresentação de quatro projetos, intitulados **a)** Agricultura Familiar e Valorização Territorial Sustentável, em contexto de Alterações Climáticas (AFAVEL); **b)** Agricultura Familiar: Conhecimento, Organização e Linhas Estratégicas; **c)** Contributos da Agricultura Familiar para a promoção de sistemas alimentares e dietas sustentáveis em Portugal; **d)** LEADER / DLBC em Portugal e na Europa. As apresentações permitiram observar balanços de atividades de estudo e de ação, bem como algumas propostas para uma futura Política Agrícola Comum (PAC) que melhor atenda aos desafios da sustentabilidade, sempre vista nas dimensões social, económica e ambiental, mas também na de política/governança.

Em síntese, os aspetos que se salientam com alguma transversalidade a partir dos contributos das quatro intervenções do tema 2 são:

1. Considerando que em Portugal muitos dos Agricultores Familiares (AF) com potencial de valorização do território têm reduzido benefício dos Pagamentos Diretos (PD) associados à produção ou dissociados desta, pela forma de cálculo, propomos que se **auante o montante do pagamento pré-determinado acessível aos pequenos agricultores que sejam AF, no âmbito dos PD dissociados.**
2. Tendo em conta que a nova PAC pretende introduzir, no contexto dos PD dissociados, “eco-regimes” de base nacional que poderão implicar ir “além dos requisitos mínimos para a utilização de fertilizantes e de produtos fitossanitários e do bem-estar animal, assim como de outros requisitos obrigatórios”, propomos que **seja criado um eco-regime para a AF**, favorecendo a transição para a agricultura ecológica (com os princípios da agroecologia), sem prejuízo de se manter a agricultura biológica no âmbito das medidas agroambientais.
3. A partir do momento em que se reconhece que os PD associados só têm visado certos setores e produções (pouco favoráveis à AF), e que a proposta de Regulamento Comunitário contempla também tipos específicos de agricultura, sugerimos a **criação de PD associados à conjugação de produções específicas da AF com esta tipologia específica de agricultura.** Ou seja, consideraríamos particularmente favorável à valorização socioterritorial das áreas rurais que para a AF os apoios ultrapassassem a mera ótica setorial e pudessem abranger em Portugal produções previstas na proposta de Regulamento Comunitário, como as leguminosas para grão, frutos de casca rija, azeite, fruta e produtos hortícolas.
4. Considerando que as Organizações de Produtores (OP), objeto de apoios de intervenções setoriais da PAC, têm exigido limiares mínimos de membros e quantidades comercializadas muito elevadas, inviabilizando o surgimento de OP de produtos da AF, sugerimos **incentivos para a criação de novos tipos de organizações, multiatores, e para um processo de governança e planeamento para a integração**

dessas organizações e de cooperativas agrícolas tradicionais em sistemas económicos multiatores de base territorial / local.

5. Reconhecendo que as **medidas agro e silvo ambientais**, e para as áreas com condicionantes ou desvantagens específicas, são importantes para a AF, propomos que não só elas **se mantenham, como também tenham maior abrangência**, sugerindo-se o estudo de apoios específicos visando a conservação do solo e o uso eficiente da água na AF.
6. Tendo em consideração que as intervenções relativas à Cooperação integram apoios à criação de Grupos Operacionais (GO) da PEI-AGRI (Parceria Europeia de Inovação) e que a inovação na AF é fundamental para a valorização socioterritorial, propõe-se a **inserção dos GO no Sistema de Conhecimento e Inovação Agrícola (AKIS)**.
7. Por outro lado, ainda no âmbito da Cooperação, propomos que **o apoio ao Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) / abordagem LEADER permita aprofundar o processo de canalização dos apoios aos pequenos investimentos agrícolas e na transformação e comercialização, circuitos curtos agroalimentares, promoção de produtos locais de qualidade, e outros relevantes para a AF**. Este processo seria articulado com o apoio às estratégias de base territorial e de envolvimento da AF na valorização dos territórios, incluindo a participação em estratégias locais de alimentação e na definição de dietas e sistemas alimentares sustentáveis.
8. Observando as propostas anteriores, de 1 a 7, e dando-lhes um sentido mais geral, sugerimos **melhor aproveitamento do Estatuto da Agricultura Familiar no sentido de o teto de ajudas para os apoios permitidos à AF por esta via terem aumentos que contem com as diferentes exigências da sustentabilidade** (economia plural, sociedade coesa / territorialidade ativa e qualidade ambiental).
9. No âmbito das Estratégias de Base Territorial, tendo em conta os reconhecidos constrangimentos da aplicação da abordagem LEADER com o DLBC – ineficiências de base institucional, défices de governança, burocracia excessiva e procedimentos complexos e morosos – propõe-se um **novo “enquadramento para o LEADER/DLBC”** contido no chamado “Pacto Desenvolvimento Local 2030”, preparado pela Federação Minha Terra e ADL associadas, de acesso público em <https://www.minhaterra.pt/wst/files/I13321-PACTOXDL2030.PDF>
10. No âmbito de outras políticas, que se têm de articular com os domínios da PAC para objetivos de viabilização de uma AF sistemicamente multifuncional e sustentável, propõem-se ainda:
 - **medidas para desincentivar a procura de terras agrícolas para fins não agrícolas**, no âmbito da regulação do mercado fundiário, no contexto de uma política de ordenamento do território que envolva “formas de emparcelamento” e “formas inovadoras de acesso e de gestão partilhada e/ou agregada” de terras, como refere a linha de ação 7.1 da Agenda de Inovação para a Agricultura 2020-2030;
 - **definição de condições de acesso ao crédito adaptadas à realidade da AF**, em particular a de menores recursos financeiros;

- **formas de incentivo ao trabalho na agricultura**, para ultrapassar o déficit de interesse dos jovens e a carência de mão de obra, envolvendo investimento na desconstrução de preconceitos e revalorização simbólica da atividade.

Tema 3: O PAPEL DAS BIORREGIÕES NA SUSTENTABILIDADE DOS TERRITÓRIOS

Moderador/a: Joana Dias (aCtuar) e Tiago Mateus (ISA)

Relator: David Machado (Rota do Guadiana)

A partir de experiências concretas no terreno, decorrentes da implementação dos projetos: **i) *Bio-região do Tâmega e Sousa*** (apresentado por Susana Alves - CIM Tâmega e Sousa); **ii) *Bio-regiões: uma estratégia integrada de desenvolvimento dos territórios rurais*** (apresentado por Frederico Reis - CMCD e Joana Dias - ACTUAR); **iii) *Bio-região da Margem Esquerda do Guadiana*** (apresentado por David Machado - Rota do Guadiana), foram discutidas e consensualizadas no Grupo de Trabalho 3 as seguintes **propostas e recomendações prioritárias a considerar no Plano Estratégico da PAC (PEPAC):**

- O Plano de Ação para o desenvolvimento da produção biológica aprovado em março de 2021 pela Comissão Europeia reconhece o papel das bio-regiões e convida os Estados-Membros a apoiarem o seu desenvolvimento e implementação. Assim, **o PEPAC deve contemplar as Bio-regiões** face ao seu contributo para a promoção dos territórios, **reconhecendo e conferindo apoio explícito a novos processos piloto e a medidas para a implementação e consolidação da implementação dos planos de ação correspondentes.**
- O conceito de paisagem tem vindo a assumir um papel cada vez mais central na multifuncionalidade que a sociedade espera hoje da agricultura e da floresta, conforme sublinhado na proposta de Plano Estratégico da PAC 2021-2027 (dezembro 2020). Assim, **o PEPAC deverá explicitamente reconhecer e apoiar processos de preservação dinâmica de paisagens agrícolas tradicionais, particularmente processos de candidatura a Sistemas Importantes do Património Agrícola Mundial (SIPAM) e implementação dos planos de ação correspondentes** com foco na proteção dos valores ambientais, culturais e paisagísticos de tais sistemas, assentes na sustentabilidade das comunidades rurais.
- O PEPAC deverá explicitamente apoiar e reforçar mecanismos e espaços de articulação locais e nacionais, multi-setoriais e multi-atores, onde futuros planos de ação para Bio-regiões e para SIPAM deverão ser discutidos, formulados, aprovados e monitorados, em conformidade com os resultados do Manual que está a ser desenvolvido no âmbito do projeto Bio-regiões: uma estratégia integrada de desenvolvimento dos territórios rurais.

Tema 4: O REJUVENESCIMENTO DOS AGRICULORES E AGRICULTORAS: DAS NECESSIDADES ÀS POSSIBILIDADES

Moderadores: Firmino Cordeiro (AJAP) e José Duarte Medeiros Ribeiro (Universidade de Ancara)

Relatora: Cristina Cruz (FCUL)

A idade média dos agricultores em Portugal é de 65 anos e apenas 4% tem menos de 40 anos, sendo portuguesas as 3 regiões mais envelhecidas da Europa (Centro, Algarve e Área Metropolitana de Lisboa). Todos reconhecemos que é necessário um rejuvenescimento dos agricultores para fazer face aos desafios que a agricultura enfrenta e, com isso, reconfigurar o espaço rural.

O debate neste Grupo de Trabalho contou com cerca de 20 participantes e centrou-se nas questões suscitadas pelos resultados obtidos em 4 projetos, desenvolvidos no âmbito do PDR2020 e da RRN, que foram apresentados de forma sucinta: **1)** Avaliação e Divulgação das Políticas de Desenvolvimento Rural; **2)** - Instalação de Jovens Agricultores no PRODOR e PDR2020; **3)** JER | Jovem Empresário Rural – Cultivar Ideias, Dinamizar o Espaço Rural; e **4)** JOBtoc: Jovens nos territórios rurais. Oportunidades e constrangimentos.

Os quatro projetos identificaram de forma transversal as seguintes necessidades, como prioridades para atrair, com maior sucesso, os jovens para áreas de baixa densidade:

1 – Incentivos para a transmissão “antecipada” das explorações para os jovens agricultores. Isto facilitaria o acesso dos jovens à terra e aumentaria a sua autonomia na gestão das explorações agrícolas, o que é bastante relevante no contexto de transição para uma agricultura mais tecnológica e sustentável.

Sugestão: criar um sistema de incentivos para os agricultores em idade de reforma libertarem as terras agrícolas.

2 – Maior facilidade de acesso ao crédito. A figura do jovem a título individual ou com 100% da sociedade, que permite maximizar a pontuação no critério da forma societária, é um modelo difícil para obter crédito junto das entidades bancárias; o critério de que os jovens agricultores têm que se dedicar em exclusivo à atividade agrícola, embora possa fazer sentido, também dificulta o acesso dos jovens agricultores ao crédito.

Sugestão: reconsiderar a necessidade de manter as medidas que não ajudam no acesso ao crédito e ponderar a possibilidade de aumentar de 2 para 4% da dotação a título dos pagamentos diretos a afetar aos jovens agricultores.

3 – Acompanhamento técnico dos jovens empresários rurais. A taxa de sucesso dos projetos dos jovens empresários rurais num horizonte de cinco anos é muito baixa. Muitos jovens agricultores identificam a falta de acompanhamento adequado ao longo da implementação e desenvolvimento do projeto como uma das principais causas de insucesso. Associações que promovem o acompanhamento e aconselhamento dos jovens agricultores ao longo de 5 ou 10 anos apresentam níveis de sucesso maiores ($\pm 20\%$).

o mínimo da dotação a título dos pagamentos diretos atribuída a cada país da UE, complementando esta última por apoio financeiro a título do desenvolvimento rural e por medidas destinadas a facilitar o acesso às terras e a transferência de terras.

Sugestão: promover o acompanhamento ao longo da implementação dos projetos, como já é feito por algumas associações locais (ex: ATAHCA – Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cávado e Homem).

4 – Melhorar as infraestruturas no espaço rural. A implementação da agricultura digital, o teletrabalho, o acesso à informação em tempo útil e algumas atividades de lazer não são possíveis sem uma cobertura robusta de internet. No entanto, esta não é a única infraestrutura que falta nos territórios de baixa densidade, e a situação agrava-se com o fechar de centros de saúde, postos de atendimento de finanças e outros serviços do estado, delegações bancárias ou escolas.

Sugestão: reforçar a implementação das políticas de coesão territorial por forma a permitir a melhoria das infraestruturas mesmo nas áreas menos povoadas.

5 – Formação profissional adequada às novas necessidades do meio rural. O desenvolvimento dos projetos dos jovens agricultores cria necessidades profissionais específicas. Por um lado, é preciso criar condições de capacitação para suprir essas necessidades e, por outro lado, é necessário garantir que o legado da geração mais velha não é perdido e que continua vivo.

Sugestão: criação de sistemas de micro-formação e de mentorias para capacitação e partilha de conhecimento inter-geracional.

6 – Integração dos produtos nas cadeias de valor. O sucesso de um projeto depende do contexto em que se insere: das condições edafoclimáticas e culturais da zona, da disponibilidade de matérias-primas e das possibilidades de escoamento e procura dos produtos. Dependendo dos projetos, os jovens agricultores podem escolher abraçar todas as tarefas, desde a produção ao escoamento do produto, ou dedicar-se exclusivamente a uma das etapas do processo. Mas todas as situações devem ser avaliadas.

Sugestão: fazer uma avaliação integrada do projeto no contexto em que vai ser desenvolvido tendo em consideração as limitações e as sinergias.

7 – Assumir a multidisciplinaridade do estatuto JER. Ser empreendedor é ser criativo em prol de uma vantagem competitiva, está no cerne do aumento da capacidade inovadora e do potencial de crescimento de uma região. Assim, o empreendedorismo pode ser visto como a principal ferramenta para promover o desenvolvimento rural sem ter que ser necessariamente ligado à agricultura.

Sugestão: assumir a natureza multidisciplinar do JER atribuindo-lhe uma natureza multiministerial (Economia, Agricultura, Coesão Territorial, entre outros).

Tema 5: PAPEL DOS RECURSOS SILVESTRES E ENDÓGENOS NA VALORIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE

Moderadoras: Sónia Costa (ADRL) e Sara Moreno Pires (UA)

Relatora: María Bastidas (ADPM)

LIFE MontadoAdapt

a. Arvoredo » Promoção da regeneração natural

1. Proteção regeneração natural
2. Ilha de matos
3. Proteção da regeneração natural perante a herbivoria
4. Técnicas de retenção de água
5. Diversificação de espécies arbóreas e arbustivas
6. Rega de apoio inicial

b. SOLO » Redução da erosão

1. Controlo de vegetação sem mobilização
2. Culturas melhoradoras de solo
3. Estruturas de correção torrencial
4. Manutenção de cobertura de solo
5. Conservação da vegetação ripícola

LIFE LiveAdapt

1. Promoção de cadeias curtas de comercialização
2. Melhoramento de pastagem para as condições climáticas futuras
3. Promoção de sistemas eficientes de retenção da água e de abeberamento, que minimizem risco sanitários
4. Disseminação de boas práticas para a promoção da biodiversidade da fauna coprófaga
5. Promoção de campanha de marketing para a promoção dos produtos oriundos da pecuária extensiva “Produzir com respeito, proteger o amanhã”

FORESTRIS – I9Rural

Criação de uma rede informal (interface) - territorialmente próxima (densificação territorial da informação) financiado pela Rede Rural

- Ex. Teste com a Universidade Católica - investimento e perda de rendimento por parte dos agricultores que alojam campos de demonstração
- Reflexão sobre os modelos ou desenho de projetos (participantes, dinâmicas de transferências, envolvimento etc.)
- Replicar resultados com universidades da região norte
- Rede colaborativa para conhecer o que está a ser feito nas entidades de investigação

Recomendações:

1. Necessidade de reforço institucional como este movimento agregador
2. Nível de territorialização e especialização » regionalização das intervenções
3. Cooperação interinstitucional
4. Reforço da participação da sociedade civil
5. Disponibilização da informação tecnicamente importante
6. Serviços de aconselhamento e capacitação dos seus quadros
7. Disponibilização das avaliações das figuras de gestão agrupadas
8. Assegurar apoios plurianuais para as associações florestais, as que tem sido fundamentais na formação de técnicos do sector

Projeto Mitigação do despovoamento através da revitalização dos sistemas agro-silvo-pastoris no interior de Portugal – Associação de Desenvolvimento Rural de Lafões
Estudaram as razões que levam aos jovens a abandonar a agricultura

Medidas:

1. Estudar as situações locais para definição de medidas PAC para a fixação dos jovens
2. Aumento apoio ao hectare
3. Valor regime da pequena agricultura
4. Priorizar a agricultura familiar
5. Aumento do valor de MZD
6. Apostar custos simplificados para desburocratizar as medidas de apoio
7. Aconselhamento dos agricultores

» Importância da governação para articular os atores (capacitação » como operacionalizar)

» Criação de núcleos interdisciplinar para a transferência de conhecimentos nas universidades

Considerações Finais - Sara Moreno Pires (Universidade de Aveiro)⁴

Sobre as considerações finais do *Webinar* "Sustentabilidade da Agricultura e dos Territórios Rurais em Portugal – Contributos para a reforma da PAC", promovido pela Animar, creio ser importante deixar três notas centradas nas respostas a *Quem?*, *Porquê?* e *Como?*

Quem?

Se o ponto de partida para esta sessão foi o Manifesto “Em defesa da Sustentabilidade da Agricultura Portuguesa”, reconhecido como uma plataforma de convergência de uma substancial diversidade de académicos, de múltiplas áreas científicas, da agricultura, sociologia à biologia ou engenharia, passando pelas ciências políticas, economia ou geografia, entre muitas outras, e de muitas instituições de ensino superior de norte a sul do país, eu creio que este *webinar* exponenciou essa convergência mostrando o interesse e o alinhamento de preocupações sobre o futuro da PAC das mais variadas entidades: municípios, associações locais, associações nacionais, organizações não governamentais, cooperativas, escolas, universidades, politécnicos, centros de investigação, administração central e cidadãos em nome individual.

Esta ampla mobilização da sociedade civil demonstra a clara necessidade de abrir a discussão em torno da Política Agrícola Comum, e um adensar de alertas para se entender a(s) agricultura(s) e o desenvolvimento rural com um tema do país, e não de apenas alguns setores tradicionalmente mais beneficiados por ela.

Porquê?

O porquê é uma questão tão simples quanto complexa de se responder. Por um lado, resulta do atual momento político de redefinição do novo quadro de financiamento europeu para a PAC para 2023-2027 e da construção, supostamente em curso, do Plano Estratégico (PEPAC) para Portugal; por outro, a sua urgência define-se pelo momento civilizacional que enfrentamos, de possível rutura das condições essenciais do Sistema Terrestre para a sobrevivência do Ser Humano. Esta pode bem ser a última grande oportunidade para redirecionar trajetórias e gerar a disrupção necessária dos modelos sociais vigentes. Sobretudo, este é o momento de perceber que é na agricultura e no desenvolvimento rural que assenta grande parte da construção de um novo paradigma para a sustentabilidade da(s) nossa(s) sociedade(s)!

Mas o porquê da relevância do *webinar* também resulta do que nele foi discutido e que me atrevo a resumir em ideias-chave, correndo o risco de não dar relevo a tantas outras:

⁴ Investigadora da Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas (GOVCOPP) da Universidade de Aveiro (UA) no Programa “CeNTER-Redes e Comunidades para a Inovação Territorial”. É também docente Convidada do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da UA desde 2016. É doutorada em Ciências Aplicadas ao Ambiente (Universidade de Aveiro, Portugal), Mestre em Desenvolvimento e Planeamento (University College London, Reino Unido) e Licenciada em Economia (Universidade de Coimbra, Portugal).

É atualmente diretora executiva da organização “Casa Comum da Humanidade” e coordenadora científica do projeto “Pegada Ecológica dos Municípios Portugueses”, desenvolvido na Universidade de Aveiro, em parceria com a Global Footprint Network, a ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável e diversos municípios. Tem centrado a sua investigação nas políticas de desenvolvimento sustentável e no papel dos indicadores de sustentabilidade na governação local, com vários artigos científicos publicados na área do desenvolvimento sustentável.

- As comunidades e a proximidade devem ser a espinha dorsal de uma PAC territorializada;
- A diversidade (de contextos, de territórios, de paisagens) impõe diferentes contextos de ação em prol da sustentabilidade ambiental, social e económica;
- A cacofonia de conceitos e de legislação trazem implicações sérias para a prática e para os territórios rurais;
- O envolvimento e a mobilização de atores-chave é ainda mais fundamental quando a PAC é condicionada por um elevado grau de corporativismo;
- A integração de instrumentos de política pública (de múltiplas políticas nacionais e europeias) e de atores (“da infantaria à tropa de elite”) deve ser fortalecida com novas estruturas de governação, com o reforço da coordenação institucional e das redes de inovação de base territorial;
- A capacitação (de quadros, de agricultores, de serviços de extensão do estado, e de extensão universitária) deve ser encarada de forma séria na prática, como a ênfase política o indica.

Como?

Se esta é, porventura, a pergunta de mais difícil resposta, o *webinar* revelou-se uma excelente oportunidade de partilha de uma grande diversidade de projetos implementados ou em implementação, de experiências em contexto e de saberes multidisciplinares, e gerou um diagnóstico interessante de problemas, obstáculos, potencialidades e oportunidades para a renovação da PAC. Muitas propostas concretas emergiram dos cinco temas em discussão: dos circuitos curtos agroalimentares à importância de estratégias de base territorial e da agricultura familiar na valorização dos territórios, do papel da agricultura biológica e produção integrada na sustentabilidade dos territórios, ao rejuvenescimento dos agricultores e agricultoras e ao papel dos recursos silvestres e endógenos na valorização dos territórios de baixa densidade.

Mais do que enumerar estas propostas, ficou clara a necessidade basilar e urgente de uma, nas palavras de Francisco Cordovil: a necessidade de uma **vigilância política ativa permanente**. Que este renovar de expectativas de tantos cidadãos e instituições em torno da PAC para 2023-2027 se constitua como uma força construtiva inicial desta vigilância, mas que ela se consubstancie, de forma contínua e efetiva, num envolvimento alargado de todos os quadrantes da sociedade portuguesa numa política tão essencial, como estratégica, para a sustentabilidade de Portugal.

ANEXOS

Sobre a Diversidade das agriculturas e territórios em Portugal continental

J. CABRAL ROLO | FRANCISCO CORDOVIL (2014). RURAL, AGRICULTURAS E POLÍTICAS

Edição ANIMAR

(excertos)

Uma visão territorializada das agriculturas à entrada da década de 2010

... Devido à sua localização e posição geográfica, à morfologia e disposição do seu relevo e ao modo como foi moldado historicamente, o território continental de Portugal constitui um mosaico com grande diversidade biofísica e nas modalidades de ocupação e uso do solo, designadamente pela agricultura. Embora estes traços gerais persistam duradouramente, as suas manifestações concretas evoluem ao longo do tempo em função de alterações de contexto, ditadas em particular pela evolução demográfica e pelas mutações dos mercados e das políticas públicas.

Justifica-se, por isso, fornecer uma visão atualizada das relações entre agriculturas e territórios, fazendo sobressair os elementos com maior interesse para ajudar a compreender as políticas públicas que constituem o objeto principal da parte final deste texto. O método baseou-se na organização e exploração da informação ... segundo três escalas territoriais – zonas agrícolas (32), territórios agrorurais (12) e macro territórios agrorurais (6) – conjugadas com três dimensões de caracterização das agriculturas - especialização produtiva (16) a dimensão económica das explorações agrícolas (4) e produtividades da terra e do trabalho.

Das especializações produtivas agrícolas...

A tipologia de especializações produtivas agrícolas (16 tipos) revela que as zonas agrícolas (32) são relativamente homogéneas, o que acontece em grau menor nos territórios agrorurais (12) e nos macro territórios (6). No interior de quatro dos seis macro territórios os padrões de especialização produtiva agrícola são semelhantes. Tal não se verifica na *Transição Centro* e no *Norte e Centro Interior*...onde, por fatores orográficos e edafo-climáticos, as especializações agrosilvícolas são mais diversificadas.

- No ***Norte e Centro Litoral*** é vincada a especialização na produção de leite e bovinos carne, combinada com hortícolas em zonas periurbanas ou com a viticultura, sobretudo, nas zonas de encosta na transição para o interior; na zona de Coimbra, Mondego e Beira Litoral Sul o milho, o arroz e a horticultura assumem também expressão significativa;

- No ***Oeste, Lisboa e Lezíria*** a viticultura, fruticultura e horticultura são preponderantes; mas assinala-se uma maior especialização na horticultura intensiva, em áreas periurbanas, e o predomínio da horticultura extensiva, arroz e milho na Lezíria do Tejo;

- Na maior parte da ***Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo*** a pecuária assume importante expressão, integrada em diferentes padrões de especialização: nas zonas da Charneca e Sorraia e do Sado e Alentejo Litoral o montado de sobro e o pinhal manso têm grande relevância económica e ecológica, assinalando-se mais a sul uma área de especialização hortícola; na Transição Beiras – Alentejo e Ribatejo a produção florestal (folhosas e resinosas) é também marcante; no Alentejo Interior Entre o Caia e Guadiana destaca-se

a viticultura; em diversas manchas do Alto Alentejo e do Baixo Alentejo sobressai o olival, no segundo caso associado à relevante presença das grandes culturas (cereais grão e culturas industriais);

- No **Algarve**, nas zonas de serra prevalece a silvo-pastorícia, no barrocal e litoral domina a especialização hortícola e frutícola (citrinos e frutos secos);

- No **Norte e Centro Interior** há uma divisão acentuada entre as zonas do Douro Vitícola e da Terra Quente, onde a depressão do Douro acentua os traços do clima mediterrânico, assinalados pela viticultura, o olival e os frutos secos, e as áreas de montanha ou planaltos mais elevados, com um clima mais frio e húmido, onde a especialização pecuária domina, acompanhada pela produção de castanha nas zonas mais interiores;

- Por último, na **Transição Centro** assinala-se também uma acentuada clivagem, mas por razões diferentes: nas áreas de montanha da cordilheira central e do Vouga a silvicultura é preponderante; na dorsal que vai das montanhas do Douro até ao Mondego, abarcando o planalto da Beira Alta, e também na Cova da Beira, prevalecem sistemas diversificados de polipecuária e agricultura (viticultura, frutos frescos, horticultura).

... à dimensão económica das explorações agrícolas...

Face à tipologia baseada na dimensão económica (DE) das explorações agrícolas a heterogeneidade dos territórios agrorurais, e mesmo dos seus macro agregados, é em geral pouco pronunciada: na *Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo* e no *Oeste, Lisboa e Lezíria do Tejo* - grande e média DE; na *Transição Centro* – muito pequena e pequena DE; no *Algarve* – distribuição equilibrada por várias DE.

Mas assinalam-se clivagens internas significativas no *Norte e Centro Litoral*, onde se destaca o Entre Douro e Minho pelo predomínio de médias e grandes explorações agrícolas, e no *Norte e Centro Interior*, onde coexistem territórios com distribuições equilibradas pelas várias classes de dimensão económica com outros onde há um claro predomínio de pequenas explorações agrícolas.

... e a importância dos agentes económicos da produção primária agrícola

Completa-se agora o retrato dos tipos de explorações agrícolas que acima se esboçou em função da dimensão económica.

Das 305.266 explorações agrícolas com SAU contadas em Portugal (INE, RA2009), 32.381 têm o registo de empresas não financeiras na atividade agrícola (cf. INE, 2012a). Este reduzido núcleo de empresas concentra 56% da SAU e gera 64% do valor económico agrícola nacional; mas, pelo seu perfil estrutural e tecnológico a sua quota no emprego ronda apenas os 20%. No seu âmbito, pouco mais de 7.000 unidades produtivas, com uma dimensão económica superior a 100.000 euros, ocupam 34% da SAU e contribuem com 47% para o valor da produção. A observação centrada em exclusivo no universo das explorações do Continente conduz à mesma ilação: uma parte substancial da produção agrícola nacional encontra-se na dependência de muito poucas unidades. Nestas, são de focar as sociedades, cuja relevância tem vindo em crescendo.

E as que sobram?

Verifica-se uma grande pluralidade de modalidades de orientação produtiva, de dimensão, de combinatórias de trabalho familiar e de assalariados, de articulação com os

mercados de trabalho e ou os regimes de segurança social, com diferenciada implantação nos tipos de rural.

Sobreleva-se neste contexto a pequena agricultura familiar com rendimentos do agregado doméstico sustentados sobretudo noutras proveniências que não a exploração; e, dentro dela, o estrato onde pontificam as pensões como fonte principal de réditos, com particular relevo territorial no rural de baixa densidade do centro e do norte e no de transição. ...

Políticas públicas...

(Análise por Territórios Agrorurais e Zonas Agrícolas...)

...

Em conclusão...

Enquanto política de desenvolvimento, com uma tripla dimensão económica, ambiental e territorial, a missão e o desafio unificador da política agrícola deve ser a mobilização do potencial de produção dos diversos sistemas de agricultura e territórios, de modo compatível com a conservação dos recursos naturais e da biodiversidade e de forma socialmente compensadora para os que dela dependem como produtores e consumidores e, também, para os contribuintes (incluindo os agricultores) que financiam com os seus impostos os apoios ao setor agrícola.

A ser assim, a concretização dos princípios da coesão territorial e social deve fazer-se, neste âmbito, pela inclusão ativa de todos os atores e territórios, na sua diversidade, nas tarefas do desenvolvimento, designadamente, através do trabalho, do investimento, da boa gestão e organização, do conhecimento e da inovação.

Não faltam à política agrícola os instrumentos necessários para responder a estes desafios. Mas o seu aproveitamento está longe do desejável e do possível nos planos europeu e nacional.

A canalização de uma grande parte dos recursos financeiros da PAC, em particular em Portugal, para instrumentos de apoio ao rendimento sem conexão significativa com a produção agroflorestal e com o seu potencial contributo para o ordenamento do território é um sintoma revelador de incoerência com a missão e os objetivos referidos, acolhidos em geral na legislação comunitária e nacional e no discurso político, mas sem suficientes consequências práticas.

Tomando por referência o diagnóstico apresentado e a realidade nacional, seguem-se algumas notas finais sobre possíveis linhas de ação propiciadoras de uma gestão mais coerente dos meios disponíveis, admitindo que parte dos recursos hoje alocados aos pagamentos diretos de suporte ao rendimento venha a ser reafectada a prazo a outros objetivos e instrumentos.

1.^a - Reforçar os incentivos a uma melhor organização dos produtores na esfera da produção e da relação com o mercado, visando obter ganhos de eficiência, de escala e de poder de negociação.

2.^a - Reforçar os incentivos ao investimento nas empresas agrícolas e ou florestais, subordinados a critérios de seletividade ancorados no princípio geral de que o fundamento para o apoio público ao investimento privado é a existência de “falhas de mercado”, não se justificando por isso conceder apoio, sobretudo o não reembolsável, a

projetos que seriam viáveis e lucrativos sem esse apoio e que não geram externalidades relevantes na ótica do interesse público (geral).

3.^a - Conceder apoio específico e prioritário às infraestruturas e tecnologias de regadio em todo o território, com a inerente mobilização e capacitação dos agentes em presença, contrariando o desenvolvimento assimétrico que se tem verificado nas últimas décadas, mercê da coexistência da expansão das grandes infraestruturas de regadio no sul, uma evolução positiva e a consolidar, com o grande recuo das zonas irrigáveis e regadas no resto do território, uma tendência negativa e que importa reverter.

4.^a – Reorientar os recursos correspondentes aos pagamentos ligados à vacas aleitantes, aos ovinos e aos caprinos para um apoio equivalente aos sistemas agropecuários e silvopastoris de natureza extensiva, contratualizado no âmbito das medidas agroambientais, de modo a promover de forma efetiva e coerente a viabilidade e o aproveitamento do potencial produtivo e do valor ambiental desses sistemas e a evitar a conflitualidade de objetivos (logo, ineficácia) e os riscos de sobrecompensação que decorrem da coexistência daqueles dois tipos de medidas, conforme os relatórios e estudos técnicos de avaliação têm sustentado (cf. Domingos et al., 2011 e Id., 2014).

5.^a – Intervir de forma mais integrada e prioritária nos territórios rurais e nos sistemas agrícolas e florestais mais fragilizados, em particular nas zonas de baixa densidade, recorrendo à mobilização coordenada dos instrumentos da política agrícola e de desenvolvimento rural (PAC), da política de coesão e dos demais instrumentos das políticas com incidência territorial.

6.^a – Reforçar o eixo de política de estabilização dos rendimentos dos agricultores, aproveitando as possibilidades abertas pelo novo regulamento comunitário de desenvolvimento rural, que prevê o cofinanciamento pelo FEADER de prémios de seguro e de compensações pagas por fundos mutualistas de apoio a agricultores penalizados por reduções significativas de rendimentos resultantes da maior volatilidade dos preços e de outros riscos económicos e ambientais, aprofundando o caminho aberto neste domínio pelo PDR 2020.

7.^a – Alterar o regime de “apoio direto aos agricultores” desligando os valores dos pagamentos de direitos históricos passando a fundamentar o apoio apenas na justa e proporcional retribuição dos contributos da agricultura para o desenvolvimento sustentável do ambiente, da biodiversidade e das zonas rurais desfavorecidas por condições estruturais ou naturais. Tal alteração corresponderia, com as necessárias adaptações, à concretização de dois tipos de pagamentos previstos na PAC para o pós 2013. O primeiro para compensar os agricultores por práticas agrícolas benéficas para o clima, a conservação e qualidade do solo e da água, a biodiversidade, a paisagem e o ordenamento do território, na medida em que tais práticas excedam o exigido pelas normas da condicionalidade e desde que não sejam apoiadas por medidas agroambientais (pagamento agroecológico). O segundo pagamento para compensar os agricultores de zonas desfavorecidas ou de zonas com condicionantes naturais específicas (pagamento agroterritorial). ...

Tal como perante outras circunstâncias e desafios, o futuro não é, aqui, um caminho único e predeterminado, mas sim um campo de incertezas e de escolhas em aberto, que se vão renovando com a experiência e a ocorrência de desenvolvimentos inesperados. Mas há um princípio estável da vida em sociedade, bem conhecido dos agricultores e dos outros agentes que mobilizam os campos e moldam as paisagens: no futuro só se pode colher o que antes se semeou.

Agricultura Familiar em Portugal. Esboço da sua Importância e Diversidade no Limiar da Década de 2010, F. Cordovil e J. Cabral Rolo, *Revista da Rede Rural Nacional*, n.º 5 (2014)

(Excertos)

Em síntese, na agricultura familiar portuguesa do início da atual década identificam-se dois polos extremos [reunindo 4 das 6 principais modalidades de AF], um deles com 87% do n.º de explorações [Muito Pequenas e Pequenas EAF com > 50% Rend. Exterior à EA] e o outro apenas com 3,5% [Médias e Grandes EAF, com > 50% proveniente da EA], mas ambos com pesos importantes e equilibrados em termos produtivos (37/38% VPP da AF). Todavia, esta bipolaridade não anula os matizes da agricultura familiar, irredutíveis a uma representação bipolar e mesmo a qualquer tipologia simplificada.

... Espera-se que este **esboço** da importância e diversidade da agricultura familiar em Portugal dê algum contributo para um conhecimento que se reconhece muito mais amplo e plural.

Tipos de Explorações Agrícolas Familiares segundo a Dimensão Económica das Explorações e as Fontes de Rendimento das Famílias dos Produtores Agrícolas
Pesos % na Agricultura Familiar e no Total da Agricultura

		% do Nº de Explorações Agrícolas		% das UTA		% do Valor da Produção Padrão		
		Familiares	Total	Familiares	Total	Familiares	Total	
		%	%	%	%	%	%	
Total		100,0	92,6	100,0	81,1	100,0	46,9	
A	Muito Pequenas e Pequenas EAF >50% Rend. Exterior à EA	Total	86,6	80,2	79,1	64,1	38,1	17,9
		Pensões	48,5	44,9	45,6	37,0	18,5	8,7
		Salários	22,2	20,5	17,3	14,0	10,2	4,8
		Outras Situações	15,9	14,8	16,1	13,1	9,4	4,4
B	Médias e Grandes EAF Rend. > 50% da EA	3,5	3,2	6,4	5,2	36,9	17,3	
A + B		90,1	83,4	85,5	69,3	75,1	35,2	
D	Muito Pequenas e Pequenas EAF > de 50 % do rendimento da EAF	7,8	7,2	11,6	9,4	8,7	4,1	
E	Médias e Grandes EAF Rend. < 50% da EAF	2,1	2,0	2,8	2,3	16,3	7,6	
D + E		9,9	9,2	14,5	11,7	24,9	11,7	

animar

AFAVEL

ALIMENTAÇÃO

Cooperação Agrária para a Alimentação Adequada

i9Rural

Programa de Trabalho e Financiamento de Promoção para a Floresta e Agricultura



LEADER/DLBC em Portugal e na Europa

MITIGAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA A AGRICULTURA EM PORTUGAL



LIFE MONTADO-ADAPT



Manifesto em Defesa da Sustentabilidade da Agricultura Portuguesa

agricultura familiar

reLOCALiza



Projeto "CONTRIBUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A PROMOÇÃO DE SISTEMAS ALIMENTARES E DIETAS SUSTENTÁVEIS EM PORTUGAL"

JQ Bioc

Produzir no Campo Vender na Cidade

AproximaR

Bio Região do Tâmega e Sousa

BIO REGIÕES: UMA ESTRATÉGIA INOVADORA DE DESENVOLVIMENTO DOS TERRITÓRIOS RURAIS

Rede Rural Nacional



BIO MEG

Cofinanciado por:



PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014-2020



UNION EUROPEAN